

Brasília, 27 de maio de 2026.

Ao(À) candidato(a) à Presidência da República,

Nós, representantes do setor de energias renováveis e das organizações abaixo assinadas, dirigimo-nos a Vossas Excelências com clareza e senso de urgência. O Brasil está diante de uma janela histórica para consolidar sua liderança na transição energética global, e corre o risco concreto de perdê-la caso o próximo governo não assuma compromissos de implementação robustos e coordenados.

O Brasil pode consolidar a liderança da transição energética e reindustrializar sua economia, reduzindo custos e riscos. Para isso, o próximo governo deve: (i) instituir um Mapa do Caminho da transição para longe dos combustíveis fósseis em direção às energias renováveis e eletrificação; (ii) destravar transmissão/armazenamento para aproveitar a energia renovável já disponível; (iii) alinhar política energética e industrial para criar demanda para renováveis e empregos verdes.

O cenário internacional impõe essa urgência. Tensões geopolíticas crescentes, guerras regionais, disputas comerciais e volatilidade extrema dos mercados de petróleo e gás tornaram evidente o que o setor já sinalizava: os combustíveis fósseis são, por natureza, **intermitentes quanto ao fornecimento e ao preço**. As energias renováveis, ao contrário, são o **escudo estratégico** que protege economias nacionais de choques externos e reduz a exposição a mercados que o Brasil não controla. A variabilidade das renováveis é um desafio técnico gerenciável, enquanto a instabilidade do petróleo é estrutural e permanente. A volatilidade de fósseis ameaça preços e segurança energética; renováveis reduzem risco macro e fortalecem soberania.

A transição energética não é uma agenda ambiental periférica, é um pilar de **soberania energética e alimentar e segurança nacional**. Energia renovável abundante e acessível é condição para a produção de fertilizantes verdes (amônia e nitrogênio), essenciais para a agricultura nacional. Fato comprovado por entidades internacionais aponta para risco real de desabastecimento de insumos agrícolas caso o Brasil não expanda sua oferta de energéticos renováveis¹. Segundo projeções da FAO, o país precisará dobrar sua produção agrícola até 2050² para atender a uma população mundial de 10 bilhões de pessoas, e sistemas de irrigação parados por falta de energia são, hoje, um obstáculo concreto a esse objetivo.

O Brasil reúne condições singulares para liderar essa agenda. Em 2025, o país atraiu aproximadamente US\$ 38 bilhões em investimentos em energia renovável³, empregou cerca de um milhão de pessoas no setor e manteve a matriz elétrica com mais de 90% de fontes renováveis. Os avanços regulatórios foram consistentes: o Marco Legal para o Hidrogênio de Baixo Carbono (Lei 14.948/2024), o Programa de Combustíveis Sustentáveis (Lei 14.993/2024), o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (Lei 15.042/2024), o Programa de Aceleração da Transição Energética (Lei 15.103/2025), a Reforma do Setor Elétrico (Lei 15.269/2025), o Marco Regulatório das Eólicas Offshore (Lei 15.097/2025) e a Política Nacional de Acesso ao Sistema de Transmissão (Decreto 12.772/2025) formam uma base sólida que o próximo governo se aprofunde na direção da descarbonização. Sem retroceder.

Apesar disso, em 2025 o Brasil registrou desaceleração preocupante no ritmo de novos investimentos em renováveis⁴. Os motivos são conhecidos e exigem resposta

direta: restrições na infraestrutura de transmissão, leilões com condições desfavoráveis e ausência de sinais de preço que estimulem eficiência energética e flexibilidade da oferta e da demanda.

A economicidade das energias renováveis é **condição sine qua non** para a sobrevivência da indústria. Sem ela, não há cadeia produtiva, não há emprego, não há exportação de produtos verdes. O Brasil perde progressivamente vantagens comparativas estratégicas, sobretudo para o hidrogênio verde e a eletrificação industrial, enquanto países concorrentes avançam. **Essa situação exige políticas claras e implementação imediata.**

Um desalinhamento persistente agrava o quadro, em 2024, os combustíveis fósseis concentraram cerca de **R\$ 47 bilhões** em subsídios (71,6% do total), contra **R\$ 18,65 bilhões** destinados às fontes renováveis⁵. Para cada R\$ 1 investido em fontes limpas, aproximadamente R\$ 2,52 ainda são direcionados aos fósseis. Esse desalinhamento contradiz os compromissos firmados pelo Brasil na COP 30, onde o país propôs a transição para longe dos combustíveis fósseis ao lado de mais de 80 nações, e precisa ser corrigido com um **Mapa do Caminho nacional**: cronograma vinculante para uma transição progressiva e devidamente gerida para longe dos fósseis na matriz, com metas públicas e recursos redirecionados.

Além das prioridades estruturais do setor elétrico, quatro novas frentes demandam atenção do próximo governo. Caso o Brasil avance no desenvolvimento de **data centers e infraestrutura de inteligência artificial** deve depender da utilização de fontes renováveis, o que representa uma oportunidade concreta de garantir demanda qualificada e de longo prazo, com potencial de atrair investimentos internacionais de alto valor tecnológico. O **hidrogênio verde**, por sua vez, surge como vetor estratégico e demanda extra de energia para a reindustrialização do país, com forte sinergia na criação de cadeias produtivas de aço verde, fertilizantes e combustíveis sustentáveis. O **mercado de carbono** é uma alavanca de crescimento que precisa ser acelerada⁶. E a integração do **setor agropecuário** à transição energética é urgente, a demanda por energia no campo está reprimida, e expandir a oferta renovável para o agronegócio é simultaneamente garantir produção, renda e soberania alimentar.

Ao mesmo tempo, é fundamental considerar a competitividade da indústria brasileira, que, diante de sinais adequados de preço, poderá avançar em sua descarbonização por meio da eletrificação de processos produtivos, ampliando significativamente a demanda por fontes renováveis.

Com base nesse diagnóstico, apresentamos seis frentes prioritárias para o próximo governo federal:

- **Expandir e modernizar a infraestrutura de transmissão e distribuição**, assegurando alinhamento entre planejamento, investimentos e execução — e incluindo soluções de **armazenamento em todas as suas formas**: baterias químicas, armazenamento hidráulico e usinas hidrelétricas reversíveis (UHR), tecnologias essenciais para a flexibilidade e a soberania do sistema elétrico;
- **Assegurar previsibilidade regulatória e estabilidade institucional**, com marcos claros, coerentes e duradouros — complementados por mecanismos de mitigação de risco, garantias estratégicas e estímulo ao mercado de capitais sustentável, em alinhamento com taxonomias verdes reconhecidas internacionalmente;

- **Alinhar política energética e política industrial**, posicionando a transição como vetor de reindustrialização, com adensamento de cadeias produtivas nacionais, financiamento estruturado de longo prazo e desenvolvimento de corredores logísticos e portuários para exportação de produtos e soluções verdes de alto valor agregado;
- **Criar e estruturar demanda para a economia de carbono zero**, viabilizando a eletrificação de setores aptos, o desenvolvimento de novos mercados consumidores para produtos de menor emissão e a valorização de atributos ambientais, com impacto direto na competitividade e na segurança energética;
- **Promover maior eficiência e racionalidade econômica no setor elétrico**, garantindo condições adequadas de financiamento, integração de novas tecnologias e sustentabilidade de longo prazo do sistema, incluindo mecanismos de remuneração para armazenamento, resposta da demanda e planejamento coordenado entre geração e transmissão;
- **Revisar todos os subsídios aos combustíveis fósseis** — produção e consumo — e criar um Mapa do Caminho nacional para a eliminação progressiva dos fósseis na matriz energética, com cronograma vinculante, metas públicas e redirecionamento de recursos para renováveis e eficiência energética, em alinhamento com o compromisso firmado na COP 30.

Para operacionalizar essas frentes, clamamos dos candidatos compromissos concretos de implementação em seus planos de governo:

- Criar um Mapa do Caminho nacional para a eliminação progressiva dos combustíveis fósseis na matriz energética, com metas vinculantes e cronograma público;
- Implementar soluções estruturais e regulatórias para reduzir restrições operacionais do sistema, garantindo o melhor aproveitamento da energia renovável já disponível;
- Priorizar o armazenamento de energia como vetor estratégico, incluindo baterias, armazenamento hidráulico e UHR nos mecanismos de contratação, com regulamentação aprovada e tratamento tributário equiparado;
- Fortalecer a integração entre energia e indústria, com corredores logísticos, portos verdes e modernização dos modais de transporte de menor emissão;
- Institucionalizar mecanismo permanente de diálogo com o setor renovável, com governança de coordenação de alto nível entre energia, indústria, fazenda, meio ambiente e comércio exterior;
- Priorizar a indústria de hidrogênio verde e seus derivados, que cria demanda elétrica qualificada e de longo prazo, contribuindo para mitigar a sobre oferta de energia renovável, ao mesmo tempo em que atua como vetor de reindustrialização, com cadeias como aço verde e *e-fuels*, e de segurança alimentar, por meio da produção de fertilizantes verdes;
- Valorizar e fortalecer as agências reguladoras, ampliando sua capacidade técnica e de pessoal.

O próximo ciclo de governo determinará se o Brasil consolida sua posição como protagonista global da transição energética ou recua diante de países concorrentes

que avançam sem hesitação. As condições naturais, regulatórias e institucionais estão dadas. O que falta é vontade política e compromisso de implementação.

O setor de energias renováveis está pronto para ser parceiro ativo do próximo governo, com dados, análises e capacidade de execução. Reiteramos nossa disposição para contribuir tecnicamente e aguardamos o compromisso formal dos(as) candidatos(as) com as prioridades aqui apresentadas.

Atenciosamente,



Referências

¹Nature Food (2025) — "Low-carbon ammonia production is essential for resilient and sustainable agriculture"

²FAO (2023). The Future of Food and Agriculture: Drivers and Triggers for Transformation. Rome.

³BloombergNEF (2026). Energy Transition Investment Trends 2026

⁴Dados setoriais consolidados por Perspectivas Consultoria e entidades signatárias (2026).

⁵Instituto de Estudos Socioeconômicos — Inesc (2025). Subsídios às Fontes Fósseis e Renováveis (2023–2024), 8ª edição. Valores em reais (R\$); rácio R\$ 2,52 fósseis para cada R\$ 1 em renováveis.

⁶Ministério da Fazenda — Secretaria de Política Econômica (2025). Mercado Brasileiro de Carbono: avanços regulatórios.